



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

GABINETE DA MINISTRA DA JUSTIÇA

Ex.<sup>ma</sup> Senhora  
Chefe do Gabinete de  
Sua Excelência o Secretário de  
Estado dos Assuntos Parlamentares  
Palácio de S. Bento  
1249-068 LISBOA

---

SUA REFERÊNCIA  
Of. 1431  
Ent. 2527

SUA COMUNICAÇÃO DE  
19/04/2021

NOSSA REFERÊNCIA  
P.º 9474/2019  
N.º 794

DATA 19 MAIO 2021

---

**ASSUNTO:** Resposta à Pergunta n.º 1873/XIV/2.<sup>a</sup>, de 19 de abril de 2021, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (Deputados Alma Rivera e António Filipe) - Plano de remodelação dos Tribunais na Região Autónoma dos Açores

Em referência ao ofício acima indicado, junto tenho a honra de remeter a V. Ex.<sup>a</sup> a resposta à Pergunta melhor identificada em epígrafe.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

Henrique Antunes

FT/OC



NOTA

**Assunto: Resposta à Pergunta n.º 1873/XIV/2.<sup>a</sup>, de 19 de abril de 2021, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (Deputados Alma Rivera e António Filipe) - Plano de remodelação dos Tribunais na Região Autónoma dos Açores**

Os Senhores Deputados Alma Rivera e António Filipe do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4º do Regimento da Assembleia da República, questionaram o Governo, através da Senhora Ministra da Justiça, relativamente ao plano de remodelação dos Tribunais na Região Autónoma dos Açores, nos seguintes termos:

1. Qual é o investimento realizado até ao momento neste âmbito?
2. Estão realizados o estudo e a calendarização da requalificação e manutenção dos edifícios dos tribunais da Região Autónoma dos Açores?
3. Qual é o prazo previsto para acabar a requalificação e manutenção dos mesmos?

\*

O Ministério da Justiça, através do IGFEJ, I. P., recolhe, de modo sistemático, informação sobre a necessidade de realização de obras de requalificação dos edifícios judiciais e, em função disso, define prioridades de intervenção tendo em vista incrementar as condições de funcionamento dos tribunais, designadamente no que tange ao acolhimento dos cidadãos.



Neste contexto, foram realizadas, ou estão ainda a decorrer, as seguintes obras em edifícios judiciais sítos na Comarca dos Açores:

1) Palácio da Justiça de Angra do Heroísmo

i) Em 2018, procedeu-se à substituição da cobertura e à recuperação das fachadas, no valor de 669.505,78 €;

ii) Em janeiro de 2019, executou-se a reparação de cantarias, no valor de 35.294,48 €;

iii) Encontra-se em fase de contratação o projeto para a remodelação de instalações sanitárias, assim como de adaptação de alguns espaços não utilizados da antiga cadeia, no valor de 5.841 €.

2) Edifício do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada

Encontram-se em curso as obras, no valor de 270.534,80 €, que permitem a instalação deste tribunal em edifício arrendado.

3) Palácio da Justiça da Ribeira Grande

Em 2020, foram efetuadas reparações na cobertura da sala de audiências e na escadaria exterior, no valor de 4.264 €.

4) Palácio da Justiça de Santa Cruz das Flores

Em 2018, foram efetuadas reparações na cobertura e no interior do edifício, no valor de 25.859,20 €.



5) Palácio da Justiça de Santa Cruz da Graciosa

Em 2016, foi executada a empreitada de substituição de portas, no valor de 14.156,40 €.

6) Palácio da Justiça da Horta

Em 2016, foi realizada a remodelação de vãos exteriores, no valor de 37.858,70 €.

7) Edifício do Juízo de competência genérica de Vila do Porto

Em 2016, foram concretizadas obras que permitiram a criação de um espaço de arquivo, no valor de 25.992 €. Encontra-se em fase de conclusão o projeto de ampliação das celas.

8) Palácio da Justiça de Velas

Em 2017, procedeu-se ao incremento da segurança na zona das celas, no valor de 10.383 €.

9) Edifício do Juízo de Vila Franca do Campo

O senhorio realizou intervenções para eliminação de infiltrações.

10) Edifício do Juízo de Competência Genérica de São Roque do Pico

Solicitou-se ao Município de São Roque do Pico, dono do edifício, que procedesse à criação de acessibilidades e à eliminação de barreiras.



11) Edifício do Juízo de Proximidade do Nordeste

Solicitou-se ao Município do Nordeste, dono do edifício, que procedesse à criação de acessibilidades e à eliminação de barreiras.

12) Edifício do Palácio da Justiça de Angra do Heroísmo e edifícios do Juízo de Competência Genérica da Horta, do Juízo de Competência Genérica da Praia da Vitória e do Juízo Misto de Família, Menores e do Trabalho

Encontra-se concluída a obra de instalação de equipamentos de segurança eletrónica, no valor de 124.287,00 €.

13) Palácios da Justiça da Horta e de Velas

Foi adjudicado o projeto de criação de acessibilidades, no valor de 20.048,20 €, que se encontra em fase de finalização.

14) Obras nos Palácios da Justiça de Angra do Heroísmo e de Ponta Delgada no âmbito do Tribunal +

Estão em curso obras no valor, respetivamente, de 82.002,56 € e 59.167,00 €.

\*

Desde o início da anterior Legislatura, o Ministério da Justiça realizou investimentos em edifícios judiciais sítos na Comarca dos Açores no valor global de 947.600,56 €.

Neste momento, estão em curso obras no valor de 411.704,36 €, bem como projetos, no valor de 25.889,20 €.



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO  
ADJUNTO E DA JUSTIÇA

\*

Em relação aos edifícios judiciais acima referidos, que apresentam um estado de conservação em linha com o verificado nas demais comarcas do país, o IGFEJ, I.P., continuará a identificar as necessidades de intervenção que, a cada momento, surgirem, desenvolvendo os procedimentos necessários à realização das obras de requalificação que se justificarem.

\*

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça  
Lisboa, 19 de maio de 2021